



**Textos para Discussão**

# DINÂMICA DEMOGRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

cenários para 2040, um olhar socioeconômico



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

Fundação Oswaldo Cruz

## GOVERNO FEDERAL

Presidente da República  
*Jair Bolsonaro*

Ministro da Saúde  
*Eduardo Pazuello*

Presidente da Fundação Oswaldo Cruz  
*Nísia Trindade Lima*

## SAÚDE AMANHÃ

Coordenação geral  
*Paulo Gadelha*

Coordenação Executiva  
*José Carvalho de Noronha*

Coordenação Editorial  
*Telma Ruth Pereira*

Apoio técnico  
*Natalia Santos de Souza Guadalupe*

Normalização bibliográfica  
*Monique Santos*

Projeto gráfico, capa e diagramação  
*Robson Lima — Obra Completa Comunicação*

## TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos desenvolvidos no âmbito do Projeto Saúde Amanhã, disseminando informações sobre a prospecção estratégica em saúde, em um horizonte móvel de 20 anos.

Busca, ainda, estabelecer um espaço para discussões e debates entre os profissionais especializados e instituições do setor.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade das autoras, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fiocruz/MS.

O projeto Saúde Amanhã é conduzido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no contexto da “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030”/Fiocruz.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

URL: <http://saudeamanha.fiocruz.br/>

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48d Oliveira, Antônio Tadeu Ribeiro de

Dinâmica demográfica e distribuição espacial da população: cenários para 2040, um olhar socioeconômico/ Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira, Maria Mônica O'Neill. – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2020.  
37 p. – (Textos para Discussão; n. 45)

Bibliografia: p. 32-34.

I. Cenários demográficos. 2. Distribuição espacial da população. 3. Cenários socioeconômicos. 4. Pandemia. I. Oliveira, Antônio Tadeu Ribeiro de. II. O'Neill, Mônica. III. Fundação Oswaldo Cruz. IV. Título. V. Série.

CDU: 314.125:616-036.21

Textos para Discussão  
Nº 45

# DINÂMICA DEMOGRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

cenários para 2040, um olhar socioeconômico

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira  
Maria Mônica O'Neill

Este documento serve como pano de fundo para os temas específicos tratados durante o Seminário “PENSANDO O FUTURO DA SAÚDE NO BRASIL: POPULAÇÃO, SEGURANÇA ALIMENTAR E DESIGUALDADES”, realizado em 15 de dezembro de 2020, na Fiocruz.

Rio de Janeiro, dezembro de 2020

## AUTORES

### **Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira**

Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil (2009).  
Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

### **Maria Mônica O'Neill**

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004).  
Pesquisadora em Informações Geográficas e Estatísticas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

## SUMÁRIO

Introdução	7
Os Cenários Demográfico para 2040 – Brasil e grandes regiões	7
A Distribuição Espacial da População pelas Regiões Intermediárias de Articulação Urbana	13
Cenários socioeconômicos para o Brasil e as Regiões Intermediárias de Articulação Urbana	23
Considerações Finais	30
Referências Bibliográficas	32
Anexo – Tipologias	35



# DINÂMICA DEMOGRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

## Cenários para 2040, um olhar socioeconômico

### 1. INTRODUÇÃO

Nesses dez anos do Projeto Saúde Amanhã a contribuição tem sido prospectar a evolução populacional e sua distribuição no território, buscando relacionar essas dimensões ao acesso aos serviços de saúde de baixa e média complexidade (Oliveira, & O'Neill, 2013). O desafio agora é elaborar cenários demográfico e socioeconômico em meio a uma pandemia, num quadro de manutenção de níveis elevados de expansão do contágio e das mortes, o que não é exercício dos mais simples. Na dimensão sanitária, a situação é ainda mais grave devido à necropolítica praticada pelo governo central e pelas vacilações dos governantes locais ante à pressão das elites para que sejam retomadas as atividades econômicas. Na dimensão da economia, identifica-se a disputa entre três correntes: os ultraliberais localizados no governo, que desejam aprofundar as reformas que favorecem ao capital e cortar direitos da população; os neoliberais com alguma lucidez que, sem abrir mão de suas ideias fundantes, entendem que a crise não será superada sem que o Estado faça parte da recuperação econômica; e o campo progressista que, timidamente, defende a participação do Estado no equacionamento dos problemas econômicos. Assim o que se coloca para a dimensão política são os seguintes posicionamentos: os ultraliberais querendo salvar o que resta de poder e dar continuidade ao seu projeto junto aos defensores do Estado de exceção; os neoliberais querendo se afastar do projeto fascista e retrógrado do ponto de vista dos costumes, para retomar à “normalidade” que permita tranquilidade na implementação das políticas neoliberais; e o campo progressista, ainda com pouca visibilidade e capilaridade, que, em tese, deveria estar desconstruindo essas duas correntes, de modo a romper com os retrocessos econômico, político e social representados por aquelas abordagens. A solução da equação, que envolve essas três dimensões, terá reflexos diretos nas dimensões sociais e demográficas futuras.

Nesse quadro de profundas incertezas, se buscará construir cenários sobre o comportamento da dinâmica demográfica, com horizonte em 2040, procurando estabelecer hipóteses para os principais indicadores demográficos, tais como esperança de vida ao nascer ( $e_0$ ), taxa de fecundidade total (TFT), taxa de mortalidade infantil (TMI), razão de dependência total (RDT) e índice de envelhecimento (IV). Além disso, serão produzidas estimativas populacionais para as Regiões Intermediárias de Articulação Urbana, níveis geográficos para os quais se especulará sobre as condições socioeconômicas, identificando espaços mais suscetíveis a vulnerabilidades.

### 2. OS CENÁRIOS DEMOGRÁFICO PARA 2040 - BRASIL E GRANDES REGIÕES

A elaboração de cenários demográficos prospectivos está associada à previsão do comportamento futuro das componentes fecundidade, mortalidade e migração, dependendo não ape-

nas do *feeling* do demógrafo, mas, sobretudo, das dimensões, econômicas, sociais e culturais das populações para as quais se pretende estabelecer a dinâmica de crescimento. Portanto, é um exercício coberto de incertezas, que, geralmente, não se cumpre, devendo ser atualizado periodicamente. Para que se tenha uma ideia das questões polêmicas associadas à elaboração de projeções demográficas, recentemente, a Revista *The Lancet* publicou artigo de Vollset et al. (2020) que apresentava projeções populacionais para 195 países, cobrindo o período 2017-2100. Os cenários demográficos foram construídos no âmbito do projeto que investiga a Carga Global de Doenças<sup>1</sup>. O trabalho alcançou ampla divulgação em todo o mundo. Contudo, os resultados foram fortemente questionados, sobretudo em relação às hipóteses implícitas no estudo para o comportamento futuro das componentes demográficas, em especial fecundidade e mortalidade. Entre os principais achados do trabalho podem ser citados: i) o pico de crescimento da população mundial seria alcançado em 2064, totalizando 9,7 bilhões de habitantes, contrariando estimativas correntes que apontam um pico de 11 bilhões<sup>2</sup> (UNPD, 2019), e chegaria em 2100 a 8,8 bilhões de pessoas; ii) a hierarquia entre os países de maiores volumes populacionais se alteraria de modo que Índia e Nigéria superariam a China; iii) até 2050, 151 países estariam experimentando níveis de fecundidade abaixo do de reposição, com esse número subindo para 183 países até 2100; iv) em 23 países, incluindo Japão, Tailândia e Espanha a redução no tamanho da população seria superior a 50%; v) China teria uma queda de 48% no volume de habitantes e se tornaria a principal economia em 2035, perdendo essa posição para os EUA em 2098; e vi) por fim, sugerem que se houver uma convergência nas metas do Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), no que tange aos aspectos educacionais e acesso aos métodos contraceptivos, a queda no número de habitantes do planeta seria ainda maior, algo na ordem de 6,9 bilhões.

A repercussão frente a esses achados foi muito forte, em particular, entre os demógrafos, que se mobilizaram em torno de um abaixo-assinado encaminhado à Revista *The Lancet*, no qual sugeriam que deveria haver mais rigor na avaliação dos artigos e reivindicavam mais transparência na metodologia utilizada pelos autores de forma a permitir a replicabilidade do exercício de projeção.

Como já exaustivamente mencionado neste introito do artigo, dado que se busca construir cenários cobertos de incertezas, o importante é que as opções metodológicas e pressupostos assumidos estejam devidamente explicitados, de forma a permitir o debate sobre os resultados prospectados e que isso ocorra num ambiente de honestidade intelectual entre as partes envolvidas.

## 2.1. BRASIL

Desde seu início o Projeto Saúde Amanhã fez uso de projeções demográficas para estabelecer hipóteses a respeito do comportamento da população alvo das políticas de saúde em horizontes com intervalos de 20 anos. Como era de se esperar, esses exercícios chegaram a resultados distintos, com os totais populacionais projetados se alterando, basicamente, em função das hipóteses associadas ao ritmo de declínio da fecundidade. Contudo, **em todos os estudos**, dois

<sup>1</sup> O Estudo de Carga Global de Doenças (GBD) é um esforço sistemático e científico para quantificar a magnitude comparativa da perda de saúde decorrente de doenças, lesões e fatores de risco por idade, sexo e geografia para pontos específicos no tempo. Esse estudo é liderado pelo Instituto de Métrica e Avaliação em Saúde (IHME), um centro global independente de pesquisa em saúde na Universidade de Washington.

<sup>2</sup> No trabalho de Vollset et al. esse patamar só seria alcançado no limite superior do intervalo de confiança da projeção.

aspectos parecem relevantes: o envelhecimento populacional, associado à maior longevidade, e a redução no tamanho da população, com as projeções divergindo apenas sobre em que momento da década de 2040 isso irá ocorrer, ou seja, os processos inscritos na etapas da transição demográfica em curso no país parecem ser irreversíveis, sobretudo na ausência de políticas públicas voltadas às questões demográficas.

A Tabela 1 apresenta os resultados de três projeções populacionais distintas para o Brasil, destacando os indicadores: volume populacional, taxa de fecundidade total e esperança de vida ao nascer, para os anos de 2020, 2040 e 2050. Como os níveis de mortalidade, expressos pela expectativa de vida ao nascimento, são muito parecidos nos três exercícios e os saldos migratórios internacionais são quase que residuais, a dinâmica demográfica implícita em cada projeção é ditada pelas diferentes hipóteses para o comportamento da fecundidade.

**Tabela 1.** Projeções populacionais, por volume de população, taxa de fecundidade total e esperança de vida ao nascer, segundo projeção - Brasil, 2020/2040/2050

Projeção	População (em milhões)			Taxa de Fecundidade Total			Esperança de vida ao nascer		
	2020	2040	2050	2020	2040	2050	2020	2040	2050
IBGE- Revisão 2013	212,1	228,2	226,3	1,61	1,50	1,50	76,7	79,9	80,7
IBGE- Revisão 2018	211,8	231,9	232,9	1,76	1,69	1,68	76,7	79,8	80,6
NU-2019	212,6	229,1	229,0	1,67	1,56	1,58	76,1	79,9	81,6

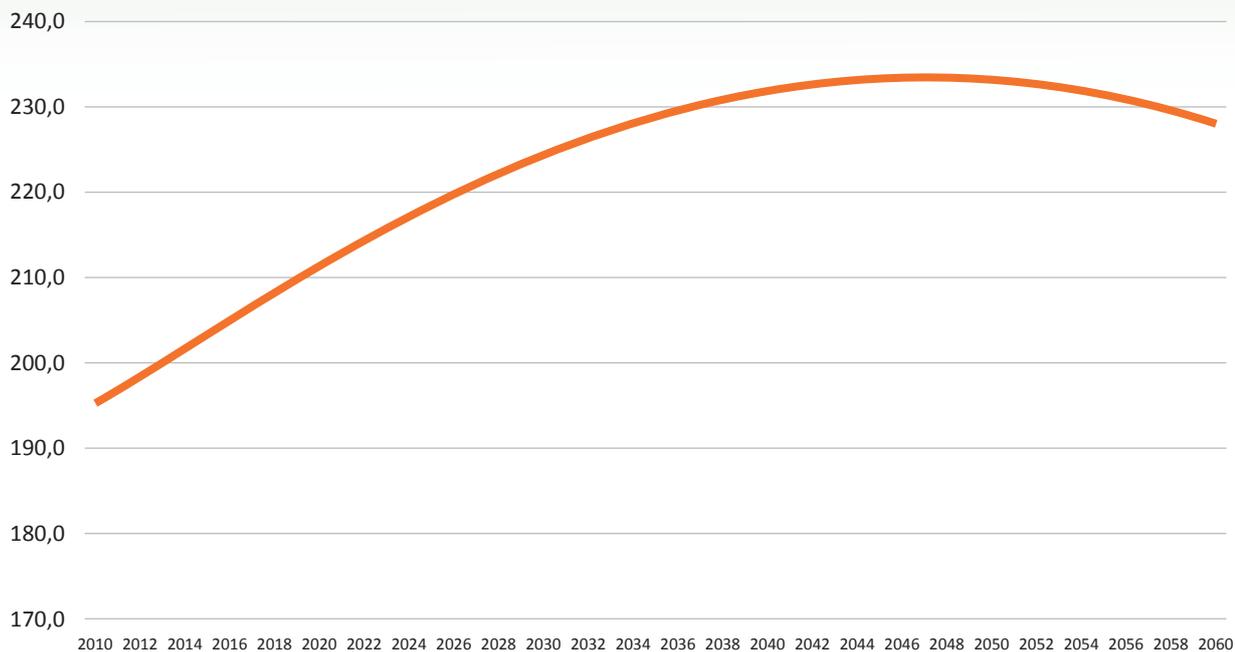
Fonte: IBGE, Projeções de população para Brasil e Unidades da Federação - revisões 2013 e 2018, e UNSD, World Population Prospects 2019.

Tanto a revisão da Divisão de Estatística das Nações Unidas (Nações Unidas, 2019) quanto à do IBGE de 2013 (IBGE, 2013) estabelecem níveis mais baixos para a TFT. Como na revisão 2013 o período de permanência da hipótese de 1,5 filho por mulher em idade fértil é mais longo, o resultado para o volume populacional, em 2050, é inferior em 2,7 milhões de pessoas, quando comparado ao obtido pelas Nações Unidas para o mesmo ano. De outro modo, como as taxas de fecundidade implícitas na revisão 2018 do IBGE (IBGE, 2018) são sempre superiores às dos demais exercícios, a população projetada para 2050 supera a da ONU em 3,9 milhões de habitantes e a da revisão 2013 em 6,3 milhões.

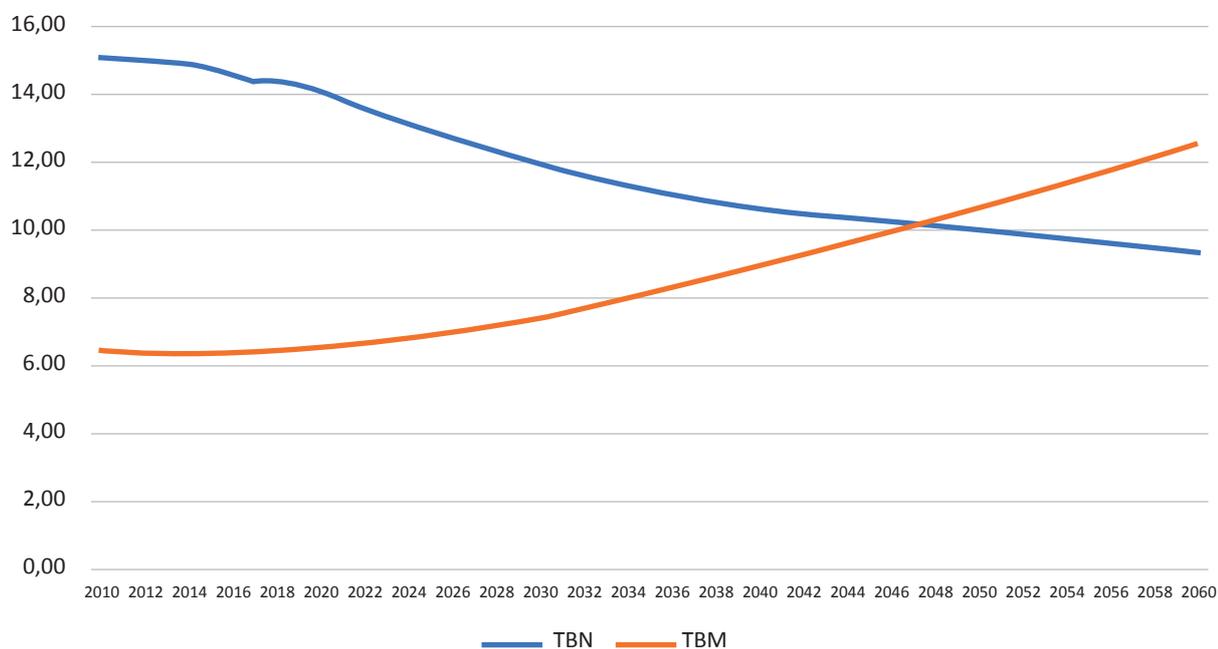
No entanto, nas três simulações a redução no tamanho populacional do país ocorreria na década de 2040: em 2043, de acordo com a revisão 2013; em 2046, segundo as Nações Unidas; e em 2047, conforme a revisão 2018 (Gráficos 1 e 2). Esses resultados corroboram para ratificar que a evolução demográfica brasileira, na ausência de políticas específicas, está precificada, o que torna imperiosa a análise sobre os possíveis impactos sociais e econômicos futuros dessa dinâmica.

Outro resultado promissor trazido por essas projeções diz respeito à taxa de mortalidade infantil. Nas revisões 2013 e 2018, elaboradas pelo IBGE, no ano de 2040, o indicador seria de 7,9 óbitos infantis para cada mil nascimentos. No exercício das Nações Unidas o cenário para o Brasil é ainda mais satisfatório, com o país podendo atingir a marca de 6,8 óbitos infantis para cada mil nascimentos.

Neste artigo, os cenários demográficos para Brasil e Grandes Regiões serão analisados tendo como referencial a revisão das projeções populacionais realizadas pelo IBGE em 2018.

**Gráfico 1.** Projeção da população - Brasil, 2010-2060

Fonte: IBGE, Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060.

**Gráfico 2.** Estimativas para as taxas brutas de natalidade de mortalidade – Brasil, 2010-2060

Fonte: IBGE, Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060

Indicadores demográficos prospectivos para o Brasil sinalizam não apenas a redução no volume populacional, mas também significativas alterações na sua estrutura etária e um acelerado processo de envelhecimento de sua população. Essas transformações, resultado do contínuo declínio nos níveis de fecundidade, implicarão em profundas consequências na oferta de

mão de obra para o mercado de trabalho, na demanda por atendimento de saúde no que tange às doenças crônico-degenerativas e neoplasias, nos cuidados e atenção à pessoa idosa, além da previdência social.

Em 2040, a se confirmar os prognósticos da projeção, as mulheres brasileiras teriam, em média, ao longo de suas vidas férteis 1,7 filho, ou seja, continuariam num nível abaixo ao de reposição da população. Por sua vez, a esperança de vida ao nascer estaria beirando os 80 anos (Tabela 1). Essa combinação reforça o processo de baixo crescimento demográfico, ao mesmo tempo que leva a uma maior longevidade.

As consequências demográficas resultantes dessa inércia serão o aumento na razão de dependência total (RDT), com o agravante da maior participação de pessoas idosas, e o incremento no índice de envelhecimento populacional (IE). Em relação à RDT, seriam 52,0 pessoas em idades não ativas, para cada 100 em idade ativa (15 a 64 anos), sendo 25,5 pessoas de 0 a 14 anos e 26,5 com 65 anos ou mais. Quanto ao IE, a estimativa é de 103,4 idosos para cada 100 crianças.

O ritmo de evolução desses indicadores seria, ao menos no horizonte projetado, irreversível: as taxas de fecundidade seguiriam caindo ou, na melhor das hipóteses, estáveis; as razões de dependência total seguiriam aumentando; sendo o mesmo comportamento a ser observado com os índices de envelhecimento; e a esperança de vida ao nascer manteria a tendência de aumento.

Esses resultados reforçam os previsíveis impactos no desenvolvimento econômico, na saúde, na previdência social e nos cuidados e atenção.

## 2.2. GRANDES REGIÕES

A evolução desenhada para os indicadores demográficos nos próximos 20 anos evidencia os diferenciais regionais nos ritmos da transição, como pode ser observado na Tabela 2. São dois blocos bem distintos: Regiões Sudeste/Sul e Regiões Norte/Nordeste/Centro-Oeste.

Como os estados do Sudeste e Sul ingressaram primeiro nas segunda e terceira etapas da transição demográfica, respectivamente com a queda dos níveis de mortalidade e, posteriormente, a redução da fecundidade, experimentam esperança de vida ao nascer mais elevada e taxas de crescimento populacional em ritmos mais lentos. Em 2020, as taxas de fecundidade total **em todas** as Grandes Regiões do país encontravam-se abaixo do nível de reposição (2,1 filhos por mulher), as esperanças de vida ao nascer no Sul e Sudeste se aproximavam mais rapidamente dos 80 anos, bem como os índices de envelhecimento próximo de 60 pessoas idosas para cada cem crianças. Em 2040, com exceção da Região Norte, espera-se uma maior convergência nas taxas de fecundidade, ao redor de 1,7 filho por mulher. Por outro lado, a proporção de idosos no Sudeste/Sul já superaria o número de crianças e as expectativas de vidas estariam acima dos 80 anos. No que tange à mortalidade infantil, a previsão para 2040 é que o comportamento se repita, com as Regiões Sul (4,8‰) e Sudeste (5,7‰) com taxas próximas à média dos países desenvolvidos, enquanto no Centro-Oeste (8,7‰), Nordeste (10,0‰) e Norte (11,6‰) os indicadores estarão abaixo da média mundial (20,0‰) e se acercando da média da América Latina e Caribe (9,5‰).

Tabela 2. População, Taxa de fecundidade total, Esperança de vida ao nascer e Índice de envelhecimento, segundo Grandes Regiões - 2020/2040/2050

Grandes Regiões	População (em milhões)			Taxa de Fecundidade Total			Esperança de vida ao nascer			Índice de envelhecimento		
	2020	2040	2050	2020	2040	2050	2020	2040	2050	2020	2040	2050
Norte	18,7	22,3	23,3	2,00	1,83	1,81	73,1	76,0	77,0	22,1	55,4	84,6
Nordeste	57,4	60,6	59,7	1,73	1,67	1,67	74,1	77,5	78,3	39,6	89,7	132,7
Sudeste	89,0	96,6	96,6	1,70	1,66	1,63	78,5	81,5	82,1	57,5	122,8	163,0
Sul	30,2	32,8	32,9	1,74	1,71	1,69	78,9	82,5	83,4	59,9	126,9	162,4
Centro-Oeste	16,5	19,6	20,5	1,85	1,75	1,69	76,0	79,0	80,0	36,7	87,0	120,1

Fonte: IBGE, Projeção da população para Brasil e Unidades da Federação, por idade e sexo para o período 2010-2060.

De acordo com as hipóteses implícitas na projeção, os impactos demográficos, além dos já mencionados, seriam visíveis na redução do tamanho populacional, sendo que para a Região Nordeste a combinação da queda da fecundidade com a manutenção de saldos migratórios negativos faria com que entre 2041 e 2042 o número de habitantes da Região seja menor. Sudeste e Sul experimentaríamos o mesmo processo entre 2046 e 2047, enquanto as dinâmicas de Norte e Centro-Oeste implicariam que suas populações seguiriam crescendo até o horizonte das projeções, localizado em 2060. No Norte em função da inércia de níveis de fecundidade mais elevados no passado e no Centro-Oeste os saldos migratórios positivos, sobretudo na segunda metade da década de 2050 sustentarão o crescimento total, quando se espera que o número de óbitos supere o de nascimento, levando ao crescimento vegetativo negativo da população.

Na dimensão do envelhecimento da população, as razões de dependência aumentariam, tendo como agravante a maior participação da população idosa. As Regiões, em 2050, registrariam índices de envelhecimento superiores a 100, indicando haver menos crianças do que pessoas com 65 anos ou mais, ficando como única exceção a Região Norte.

Esses cenários não fogem à discussão sobre quais seriam as implicações da dinâmica demográfica na vida do país, ao contrário, são centrais nesse debate, sobretudo em duas dimensões: a primeira é identificar se o país se beneficiou da transição; a segunda é dimensionar quais seriam os possíveis impactos futuros da inercial populacional.

A percepção é que o “bônus demográfico” não foi aproveitado, ao menos, como poderia ter sido na presença de políticas populacionais, econômicas e sociais. A questão populacional, entendida aqui como associada à abertura da janela de oportunidades não fez parte da pauta de ações de nenhum dos governos na era democrática recente, de José Sarney aos dias de hoje. No entanto, o tema esteve e ainda está presente, sempre em função da necessidade de redução do “déficit” da Previdência, até então não explicitado satisfatoriamente.<sup>3</sup> Por outro lado, apesar de não constar da agenda governamental, o bônus poderia ter sido aproveitado, mesmo que não planejado, caso os modelos de desenvolvimento adotados fossem outros.

<sup>3</sup> Duas reformas parciais foram realizadas, a primeira pelo Governo de FHC, no final do seu primeiro mandato, em dezembro de 1998 que deu origem ao fator previdenciário reduzindo benefícios de quem se aposenta mais cedo e, a segunda no início do Governo Lula, em 2003, visou distorções no setor público: taxou servidores inativos, fixou idade mínima para a aposentadoria e estabeleceu teto para o benefício. Até que, finalmente, o governo Bolsonaro logrou aprovar a reforma previdenciária, tendo como argumento primordial a questão populacional.

Foi negligenciado o tratamento devido às dimensões relacionadas a: i) fundamentos econômicos, não criando condições para o desenvolvimento econômico e social sustentável; ii) gargalos educacionais, equacionando os problemas no ensino fundamental e ampliando, com qualidade, o ensino superior; iii) proteção social, com a implementação de políticas que fortalecessem o Sistema Único de Saúde, evitando seu sucateamento, e promovessem a indústria da saúde. No campo da previdência social, construir as condições para regulamentar e implementar, em sua plenitude, o que está previsto na Constituição Federal, em seus artigos 193, 194 e 195, de modo a não penalizar ainda mais os trabalhadores, sobretudo os mais pobres (Brasil, 1988). Além disso, criar uma agenda voltada à proteção e cuidado à pessoa idosa, de modo a proporcionar o envelhecimento saudável. Enfim, o país não se preparou para aproveitar os benefícios inerentes ao momento demográfico, como também deixou escapar a oportunidade de criar condições favoráveis ao enfrentamento de questões associadas ao envelhecimento populacional, com destaque nos campos da saúde, assistência social e desenvolvimento econômico (Oliveira, 2016).

### 3. A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO PELAS REGIÕES INTERMEDIÁRIAS DE ARTICULAÇÃO URBANA

Uma vez atualizadas as projeções demográficas para 2040, essas populações foram estimadas para a escala das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana, de modo que se possa ter a distribuição espacial da população nesse nível geográfico.

As Regiões Intermediárias de Articulação Urbana compõem um quadro territorial formado por mais duas escalas geográficas, as Regiões Ampliadas e as Regiões Imediatas de Articulação Urbana. Esse conjunto regional foi obtido a partir da pesquisa Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2008) que privilegiou a urbanização e um sistema urbano de cidades, com as hierarquias dos centros urbanos e suas respectivas áreas de influência. A perspectiva regional permitiu distinguir novos recortes capitaneados por centros denominados metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais e centros de zona. Neste sentido, as regiões identificadas são formadas por núcleos regionais classificados segundo a centralidade<sup>4</sup> possuindo estreitas relações com os municípios que polarizam e exercendo funções de coordenação e controle.

A urbanização forja, nas Regiões Intermediárias, uma organização espacial alicerçada nos fluxos de bens e serviços de sua rede urbana, onde se destacam cidades grandes e médias como as principais indutoras das atividades econômicas, assim como do aumento e concentração populacional. Nelas predominam relações inter-regionais entre atores econômicos e empresas, com destaque para as funções de gestão pública e privada e existência de fluxos materiais e imateriais de complexidade alta e média, que se interconectam em nós, originando redes que se apoiam, preferencialmente, nesses polos regionais<sup>5</sup>.

As Regiões Intermediárias (RIs), como modelos territoriais estruturados a partir do sistema urbano nacional, possuem área, tamanho de população, densidade no número de centros, crescimento populacional, além de outros aspectos, que reproduzem o padrão de diversidade do

<sup>4</sup> Centralidade é a capacidade de comando e atratividade no território que cada centro possui. Permite delimitar sua área de influência, ou seja, quais cidades estão subordinadas a cada centralidade classificada na pesquisa e como se configura sua rede.

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15777-divisao-urbano-regional.html?=&t=o-que-e\\_](https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15777-divisao-urbano-regional.html?=&t=o-que-e_)

País, variando conforme a localização e sua organização espacial. Atendem ao consumo dos municípios polarizados, fornecendo bens e serviços de média e alta complexidade, concentram atividades de gestão pública e privada e articulam, na escala regional, órgãos e empresas privadas.

Nas Regiões Intermediárias surgem novas espacialidades fruto da localização/ realocação de atividades produtivas e das conexões que modelam as estruturas regionais, tais como: o aumento da concentração urbana sob a forma de arranjos populacionais (IBGE, 2016), polos de intenso dinamismo, surgimento de novas áreas rurais e novas ruralidades, novas centralidades com a ascensão de três novas metrópoles (Campinas (SP), Vitória (ES) e Florianópolis (SC) e outras mudanças na hierarquia do sistema urbano (IBGE, 2018).

### 3.1. REGIÕES INTERMEDIÁRIAS

A Tabela 3 é uma síntese das projeções realizadas para as Regiões Intermediárias, objetivando focar a análise em 2040. Pode-se afirmar que nas áreas em pauta as dinâmicas que impulsionam o crescimento e as relações entre os centros e suas regiões polarizadas respondem não só pela atual configuração dessas áreas como definem suas tendências. A dinâmica espacial reforça, ao longo das décadas, o potencial de crescimento dessas Regiões.

As populações residentes nas RIs, em 2010, e as projeções para 2020 e 2040, podem ser divididas em quatro grandes grupos. No primeiro grupo, nas décadas observadas, São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) figuram em patamares isolados em relação às outras Regiões; as projeções apontam que as principais Metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro, alcançarão, em 2040, um total de população 25.489.766 e 15.017.195, respectivamente, e juntas irão abrigar 17,5% da população do país em 2040 (atualmente respondem por 17,7%).

Tabela 3. Regiões Intermediárias por número de Regiões e população absoluta e relativa, segundo faixa populacional — Brasil, 2040

	Faixa Populacional	Número de Regiões Intermediárias	População	
			2040	Percentual (%)
Grandes Regiões Intermediárias	Acima de 15 000 000	2	40.506.983	17,50%
		São Paulo (SP)	25.489.787	11,00%
		Rio de Janeiro (RJ)	15.017.196	6,50%
	Acima de 4 000 000 a 8 500 000	11	63.257.348	27,30%
	Acima de 8 000 000 a 8 500 000	Belo Horizonte (MG)	8.433.557	3,60%
	Acima de 5 500.000 a 7.000.000	6	36.606.721	15,80%
	Acima de 4 000 000 a 5.500.000	4	18.217.070	7,90%
Médias Regiões Intermediárias	Acima de 1.500 000 a 3.500.000	24	56.198.056	24,20%
	Acima de 2.500 000 a 3.500.000	11	30.832.077	13,40%
	Acima de 1.500 000 a 2.500.000	13	25.365.979	10,90%
	Acima de 72.121 a 1.500.000	124	71.995.999	31,00%
	Acima de 1.000.000 a 1.500 000	23	27.735.652	11,90%
	Acima de 500.000 a 1.000 000	34	23.460.527	10,10%
	Acima de 100.000 a 500 000	66	20.727.699	8,90%
		Itaporanga (PB)	72.121	0,03%
Total	161	231.962.386	100,00%	

Fonte: Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060, Revisão 2018 e Regiões de influência das cidades, 2018.

No grupo seguinte, nas décadas de 2010, 2020 e 2040, a população nas Regiões variou em torno de 3,8 milhões a 8,5 milhões, aproximadamente. O conjunto regional era formado, em 2010, por 9 Regiões Intermediárias, Belo Horizonte (MG), Campinas (SP), Recife (PE) Fortaleza (CE), Salvador (BA), Brasília (DF), Belém (PA), Goiânia (GO) e Porto Alegre (RS). Atualmente já são 11 unidades, uma vez que Curitiba (PR) é incorporada ao grupo em 2020 e, em 2040, a projeção adiciona Manaus (AM). Todas as RIs deste grupo possuem polos com nível hierárquico de metrópole e para elas estão previstas acolher próximo a 27,3% da população em 2040.

O terceiro grupo, com valores nas décadas citadas entre 1,3 milhão e 4,3 milhões abrange 24 Regiões. Joinville (SC) é incorporada a este conjunto em 2020, enquanto Ilhéus-Itabuna (BA) perde população e passa para o conjunto de RIs com populações mais baixas a partir de 2020. O grupo é composto por RIs que vão responder pela localização de 24,2% da população total em 2040. Destacam-se a presença de duas Regiões com polos que passaram ao nível metropolitano, Vitória (ES) e Florianópolis (SC), e oito capitais estaduais com *status* de Capitais regionais, São Luís (MA) Teresina (PI), Natal (RN), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Aracaju (SE), Cuiabá (MT) e Campo Grande (MS) (IBGE, 2018).

No último grupo, com população variando entre 72 mil a 1,7 milhão, situam-se 124 Regiões. O conjunto responde pelas Regiões menos populosas, mas que irão acumular, em 2040, 31,0 % do total de população do país. Deste conjunto, apesar da maioria apresentar aumento populacional, nove delas tendem, em 2040, a figurar com perdas populacionais: Tefé (AM), Pedreiras (MA), Itaporanga (PB), Ilhéus-Itabuna (BA), Jequié (BA), Lages (SC), Ijuí (RS), Santa Rosa (RS) e Uruguaiana (RS).

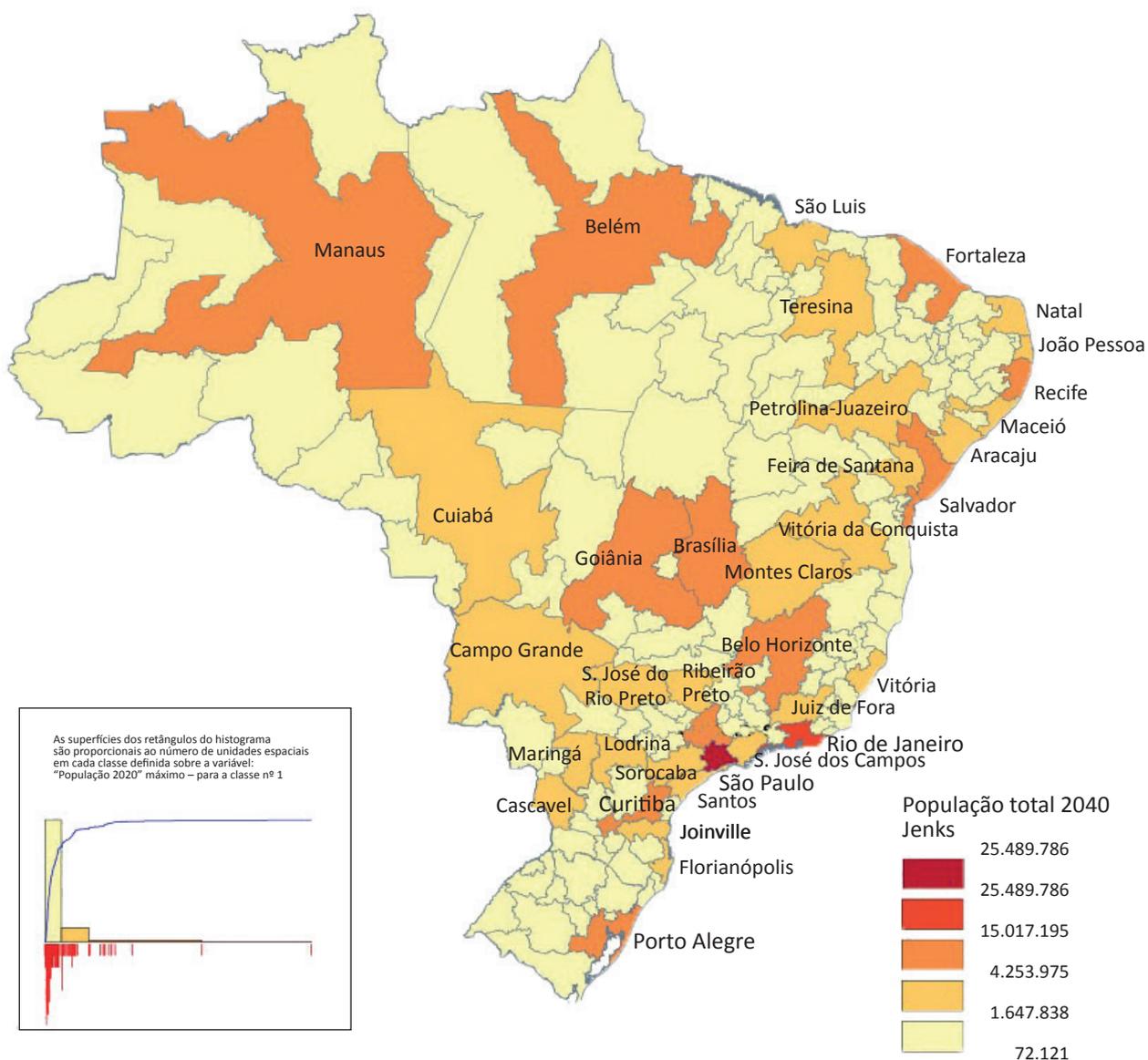
A espacialidade da população nas Regiões Intermediárias (RIs) varia pouco ao longo das décadas de 2010, 2020 e 2040. O tamanho populacional aponta certa estabilidade no quadro regional, com a presença de maior volume populacional nas RIs formadas por centros de hierarquia metropolitana e centros regionais, que atuam como os principais nós na rede urbana nacional, conformando arcos de maior porte populacional no território.

As projeções para 2040 direcionam para um quadro onde as Regiões de maior tamanho situam-se no interior do país, é o caso de Manaus (AM) e Belém (PA); a primeira é componente inicial de um desses segmentos de maior população, que reúne regiões interioranas do Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. No litoral, os arcos de maior população aparecem mais compactos, contando com um maior número de Regiões com o tamanho de área menor e contingente populacional mais expressivo. Conforme apontado no estudo, o país passa por uma transição demográfica que revela, de maneira geral, uma maior estabilidade no crescimento populacional, mas, simultaneamente, aponta a existência de um dinamismo em outras regiões, além das do Sudeste e Sul.

Observando-se o Mapa 1, o arco de maior população, mencionado anteriormente, irá conformar-se desde a RI de Manaus (AM), que se inicia no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), denominado “Cabeça do Cachorro”, seguindo pelas RIs de Cuiabá (MT), Campo Grande (MS) e bifurcando, posteriormente em três segmentos menores. O primeiro em direção as Regiões de Goiânia (GO) e Brasília (DF), até Montes Claros (MG) e Vitória da Conquista (BA). Outra bifurcação é formada pelas RIs de São José do Rio Preto (SP) e Ribeirão Preto (SP), alcançando a Região de Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP). O último segmento de Campo Grande (MS) segue para o oeste paranaense, se unindo ao arco formado por Cascavel (PR), Maringá (PR) e Londrina (PR).

No litoral uma faixa de maior população estende-se do Nordeste ao Sul do país. Ao longo do litoral nordestino as RIs das capitais estaduais alcançarão, em 2040, população superior 2,0 milhões de habitantes: São Luís (MA), Fortaleza (CE), Natal (RN), João Pessoa (PB), Recife (PE), Maceió (AL), Aracaju (SE) e Salvador (BA). De São Luís (MA) até Salvador (BA) um outro segmento configura-se e incluindo as RIs de Teresina (PI), Petrolina (PE) – Juazeiro (BA) e Feira de Santana (BA).

Mapa 1. População Total 2040 Regiões Intermediárias de Articulação Urbana



Fonte: Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060, Revisão 2018 e Regiões de influência das cidades, 2018.

Na faixa litorânea do Sudeste destacam-se Vitória (ES) e Rio de Janeiro (RJ), sendo que essa última estabelece ligações com Juiz de Fora (MG) e Belo Horizonte (MG). A RI de São Paulo (SP) e seu entorno, figura de forma polinucleada, reunindo as Regiões de Campinas (SP), São José dos Campos (SP), Sorocaba (SP) e Santos (SP). Em direção ao sul, a faixa estende-se até Curitiba (PR) e avança em direção a Joinville (SC), Florianópolis (SC) até Porto Alegre (RS).

Cabe destacar que as Regiões que formam os segmentos litorâneos do Nordeste e Sudeste-Sul possuem características próprias, ainda que sejam RIs consolidadas e com um padrão de urbanização que se caracteriza por concentrar população e possuir atividades produtivas diversificadas e complexas. Nos arcos destes segmentos existe uma maior polarização de Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA) no Nordeste, e São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Porto Alegre no Sudeste-Sul.

### 3.2. POLOS E DEMAIS MUNICÍPIOS

A análise populacional pode ser direcionada por um outro olhar, que diferencia a população dos núcleos das Regiões Intermediárias e os demais municípios componentes. As mudanças no perfil da população brasileira, ocorridas no final do século XX e início do atual, aumentou, significativamente, o número de pessoas vivendo em cidades de porte grande e médio, tendo como consequência, cada vez mais, um cenário de maior concentração da urbanização. Tal contexto indica, com isso, o fortalecimento das ligações de um polo a municípios polarizados, podendo inclusive ocorrer um adensamento da área urbanizada com a formação de arranjos populacionais e concentrações urbanas (IBGE, 2016).

Neste sentido, a importância dos polos é crucial para manter em movimento os processos que articulam um sistema hierárquico e heterárquico (de complementariedade) de funções (Sposito e Catelan, 2014). A estrutura física das cidades, adequa-se para atender aos requisitos das novas funcionalidades impostas pelo sistema produtivo contemporâneo, com produtos e processos novos, alcançando padrões tecnológicos avançados, e uma multiplicidade de serviços necessários a estes fins, conseqüentemente, aglutinando população em polos e provocando concentração populacional de grandes proporções. A urbanização, por sua vez, concentra população em um número privilegiado de centros do país que atuam como centros de gestão do território. Grande parte dos polos das RIs são formados por arranjos populacionais e, muitos deles, com população acima de 100 mil habitantes, destacam-se como concentrações Urbanas<sup>6</sup>, além de estabelecerem articulações entre os lugares através de fluxos de ordens, pessoas, produtos.

O Mapa 2 ilustra o peso dos polos das Regiões Intermediárias do país, fortalecendo a visão de uma distribuição espacial desigual e de que, em grande parte, são os principais nós da rede urbana brasileira. A urbanização foi crescente nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, avançou para as Norte e Centro-Oeste, no interior, alcançando as fronteiras do país e impulsionando os núcleos das Regiões Intermediárias.

O exame da distribuição populacional, separando os polos das RIs dos demais municípios que as compõem revela, para 2040, um panorama em que alguns polos se destacam pelo maior tamanho populacional, principalmente ao longo do litoral, e exercem papel dominante na estrutura regional; outra característica é que a disposição dos polos se manterá mais adensada nas regiões Sudeste-Sul e Nordeste, porém ainda pontual nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Os polos dos estados de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) representam o *core* dessa rede de cidades, com nós que se estendem em direção a Minas Gerais (MG), Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO), Distrito Federal (DF) e estados do Sul. Os polos localizados nas Regiões Intermediárias nordestinas, em 2040, figuram de forma mais adensada no litoral e Zona da Mata com

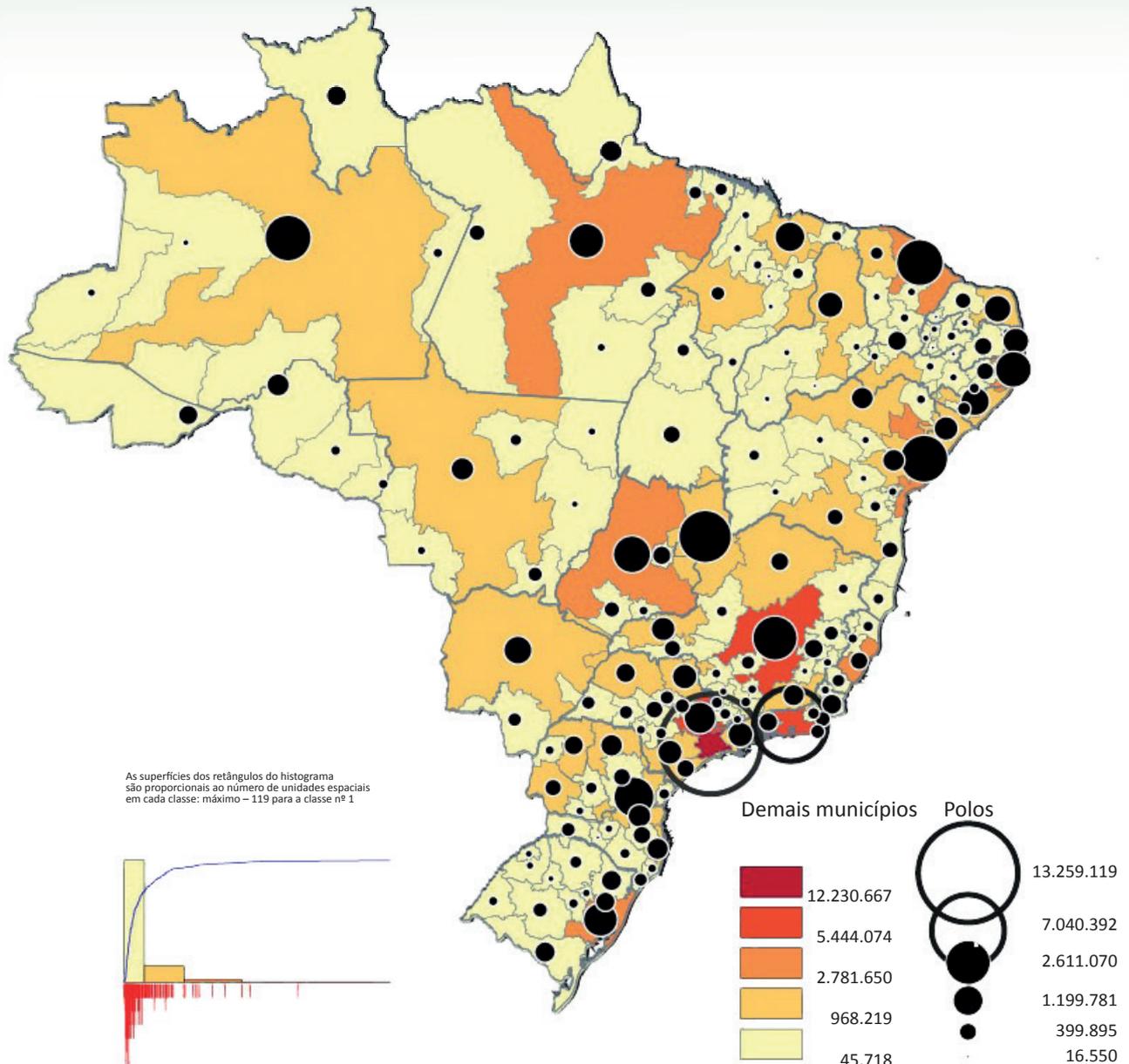
<sup>6</sup> As Concentrações urbanas são formas espaciais definidas a partir de um município ou arranjo populacional com população superior 100 mil habitantes (IBGE, 2016).

portes populacionais maiores e, no restante da Região distribuem-se mais pontualmente. No Nordeste, as principais “cabeças de rede” são Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA). São Luís (MA), Teresina (PI), Natal (RN), João Pessoa (PB), Campina Grande (PB), Caruaru (PE), Maceió (AL), Aracaju (SE), Feira de Santana (BA) e outros complementam o arcabouço da rede urbana nordestina como polos das RIs.

Na região Centro-Oeste, Goiânia (GO) e Brasília (DF) prevalecem, em 2040, como os principais polos e lideram uma área em que as atividades econômicas que se sobressaem são, principalmente, as ligadas ao agronegócio, político-administrativas e de turismo. A conformação dos polos e demais municípios na região Centro-Oeste incorpora ainda outros polos regionais que crescem e reconfiguram a rede de cidades no contexto regional, como Cuiabá (MT) e Campo-Grande (MS).

No Sul os polos de Curitiba (PR), Florianópolis (SC), elevada a metrópole (IBGE, 2018), e Porto Alegre (RS), não crescem a taxas muito elevadas, porém possuem significativo nível de articulação com seus centros, além de fortes ligações inter-regionais. A região Norte, por sua vez é marcada pelo padrão de distribuição pontual dos seus polos, Manaus (AM) e Belém (PA) que comandam vastas hinterlândias com baixo adensamento de polos como Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Boa Vista (RR), Macapá (AM) e Palmas (TO) que lideram as redes urbanas de seus estados.

Mapa 2. População total 2040 Regiões Intermediárias Polos e Demais municípios



Fonte: Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060, Revisão 2018 e Regiões de influência das cidades, 2018.

O Mapa 2 sugere, para 2040, a presença de inúmeras RIs, particularmente no interior do país, com um contingente de população equilibrado nos polos e demais municípios que compõem cada Região Intermediária. Outro traço marcante que a representação aponta é a presença de inúmeros polos com significativa primazia urbana.

Um exame da diferença populacional entre os polos e demais municípios, em 2040, identifica três diferentes tipos de comportamento nas Regiões Intermediárias: no primeiro os polos têm população superior aos demais municípios; no segundo haverá um equilíbrio populacional dos polos com os demais municípios e, finalizando, no terceiro grupo, os demais municípios têm população superior aos polos.

O primeiro deles define-se a partir dos polos que possuem população acima dos demais municípios, os valores variam de mais de 100 mil habitantes até 1,6 milhão em apenas oito polos

de RIs. São eles Manaus (AM), Macapá (AP), Salvador (BA) São Paulo (SP), Campos dos Goytacazes (RJ) Anápolis (GO), Rondonópolis (MT) e Brasília (DF), que, por características diversas, variam desde uma grande área com pouco dinamismo dos demais municípios, até uma localização entre duas metrópoles.

A segunda situação será a de 40 RIs com polos e demais municípios em equilíbrio, ora os polos são maiores que o conjunto demais municípios, ora o contrário prevalece com as diferenças entre as unidades variando na faixa de até 100 mil habitantes, para o polo ou para os demais municípios. No conjunto dessas Regiões destacam-se os polos de João Pessoa (PB), Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo (MG), Poços de Caldas (MG), Macaé (RJ), Nova Friburgo (RJ) e Sinop (MT) com valores acima de 50 mil até 100 mil em relação aos demais municípios.

O último grupo é formado por RIs com a população dos demais municípios superiores aos polos, alcançando valores acima de 1 milhão em relação a esses. São 113 Regiões Intermediárias com os demais municípios acima de 100 mil, sendo 13 delas com mais de 1 milhão de habitantes além da população dos polos. Neste subgrupo encontram-se Cascavel (PR), Sorocaba (SP), Vitória da Conquista (BA), Aracaju (SE), São José dos Campos (SP), Florianópolis (SC), Cuiabá (MT), Porto Alegre (RS), Ribeirão Preto (SP), Santos (SP), Goiânia (GO), São José do Rio Preto (SP), Belém (PA), Vitória (ES), Recife (PE), Belo Horizonte (MG) e Campinas (SP) com um dinamismo que é característico das Regiões mais coesas do país.

Os três comportamentos, examinados a partir da distribuição populacional dos polos e demais municípios, indicam que tais RIs são comandadas, *grosso modo*, por polos com status de metrópoles e centros regionais, que possuem a capacidade de estabelecerem o comando e controle de funções públicas e privadas polarizando amplas áreas de atuação.

As análises anteriores relativas ao tamanho e crescimento das Regiões Intermediárias, podem ser articuladas a uma tipologia que apreende as tendências demográficas entre as décadas de 2010 - 2020 e 2020 - 2040. Os Mapas 3 e 4, permitem explorar os padrões espaciais relativos à dimensão e à intensidade de crescimento populacional das Regiões Intermediárias ao longo de 30 anos.

### 3.3. REGIÕES INTERMEDIÁRIAS: TIPOLOGIA DEMOGRÁFICA

Os Mapas 3 e 4, que retratam as tipologias de evolução demográfica das Regiões Intermediárias para os períodos 2010-2020 e 2020-2040, ilustram as principais tendências do crescimento populacional nessas Regiões, considerando a dinâmica regional a partir das taxas de crescimento nos períodos de 2010-2020 e 2020-2040. São quatro tipos de Regiões Intermediárias identificadas: Regiões de esvaziamento populacional, Regiões de estabilidade populacional, Regiões de tendência ao crescimento populacional e Regiões de forte atração populacional.

Em ambos os períodos se observa um cenário que não se altera muito, com amplas áreas que apresentam estabilidade populacional e duas tendências: a manutenção do padrão de estabilidade populacional entre os períodos e uma persistência, e até aumento, em poucas Regiões, tanto de um esvaziamento populacional, como de um crescimento populacional.

O primeiro tipo classifica as Regiões com esvaziamento populacional, com taxas de crescimento negativas ou igual a zero, entre as décadas de 2010 - 2020 e 2020 - 2040. Tanto o Mapa 3 como 4 possuem Regiões de baixo dinamismo populacional, e constata-se que algumas manchas de perdas populacionais de 2010 - 2020 mantêm-se e incorporam Regiões contíguas no período

de 2020 - 2040. Outras Regiões aparecem mais isoladas e de forma ocasional no território. No Mapa 3 foram identificadas com perda populacional, nove Regiões e no Mapa 4 um total de 17.

Duas manchas de perda populacional destacam-se no Rio Grande do Sul e sul da Bahia e, posteriormente, norte de Minas Gerais, a primeira formada no período de 2010 -2020 por Uru-guaiana, Ijuí e Santa Rosa (RS), e na década de 2020-2040, acrescida de Cruz Alta, Pelotas - Rio Grande e Santa Maria (RS). A segunda mancha, que ocorre na Bahia, formada primeiramente por Jequié e Ilhéus-Itabuna (BA), entre 2010-2020, ganha novos contornos de 2020-2040, com o acréscimo das Regiões de Itaberaba e Vitória da Conquista (BA), além de Teófilo Otoni (MG).

As Regiões isoladas, que mantêm o padrão de esvaziamento populacional entre as décadas são: Tefé (AM), Lages (SC), Itaporanga (PB) e Pedreiras (MA), acrescidas de Ponte Nova (MG) e Guarapuava (PR) em 2020-2040.

As Regiões de estabilidade populacional definem a *performance* dominante, nas décadas em pauta e cobrem o país de Norte a Sul. São RIs com dois tipos de comportamento: a) regiões com crescimento entre 0 e 1,5% na década 2020 e crescimento entre 0 e 1,5% na década de 2040 e b) regiões com crescimento maior que 1,5 na década 2020 e crescimento entre 0 e 1,5% na década de 2040.

As Regiões Intermediárias classificadas como de estabilidade populacional somaram 137, em 2010-2020 e passam a 129, em 2020-2040, diminuindo em oito, do primeiro para o segundo período, devido a RIs que migraram para o tipo caracterizado por esvaziamento populacional. As RIs com estabilidade populacional estão distribuídas, principalmente, no Nordeste, Sudeste, Sul e parte do Centro-Oeste. São Regiões nas quais os polos regionais cumprem o papel de articular e integrar as relações de trabalho e emprego e os fluxos populacionais, conformando uma tendência demográfica dominante.

O terceiro tipo refere-se às Regiões com tendência ao crescimento populacional e que possuem taxas de crescimento: a) entre 1,5 e 3% na década 2010 e crescimento maior ou igual a 1,5 na década de 2020 e, no período de 2020-2040, taxas entre 1,5 e 3% na década 2020 e crescimento maior ou igual a 1,5 na década de 2040 e b) crescimento maior que 3% na década 2010 e crescimento entre 1,5 e 3% na década de 2020 nas décadas de 2010-2020 e crescimento maior que 3% na década 2020 e crescimento entre 1,5 e 3% na década de 2040 para a década seguinte.

Analisando-se 2010-2020 e 2020-2040, destacam-se no conjunto 14 Regiões, no primeiro período, e 15, no segundo, que, por razões diversas, possuem vitalidade demográfica. Estão localizadas principalmente na região Norte, reforçando a fronteira de recursos como fator de atração populacional. O tipo abrange, nos dois períodos, todo o estado do Acre com a Região de Rio Branco e Amapá com a Região de Macapá, a quase a totalidade do Amazonas, com as Regiões de Manaus e de Tabatinga. Em Rondônia, a Região de Porto Velho é a única classificada com tendência ao crescimento populacional, num estado que, no passado, apresentava taxas de crescimento populacional acima da média do país.

Pará e Mato Grosso formam uma mancha de crescimento a partir de Marabá e Redenção, no primeiro, e São Felix do Araguaia – Cofresa - Vila Rica, no segundo. Está área aparece em 2010-2020 e persiste no período seguinte, reforçando o processo de avanço da fronteira. No Centro-Oeste, Rio Verde (GO) e Brasília (DF) são Regiões isoladas, a primeira atraindo fluxos populacionais devido à sua posição no agronegócio e a segunda como capital federal do país.

No Rio de Janeiro, com taxas altas de crescimento nas décadas de 2010/2020 e 2020-2040, impulsionadas pela atividade petrolífera, aparecem Macaé e Cabo Frio. Ainda no grupo de

Regiões com tendência ao crescimento populacional, nos períodos examinados, Blumenau e Florianópolis, em Santa Catarina destacam-se em função de dinamismo econômico que atrai fluxos populacionais.

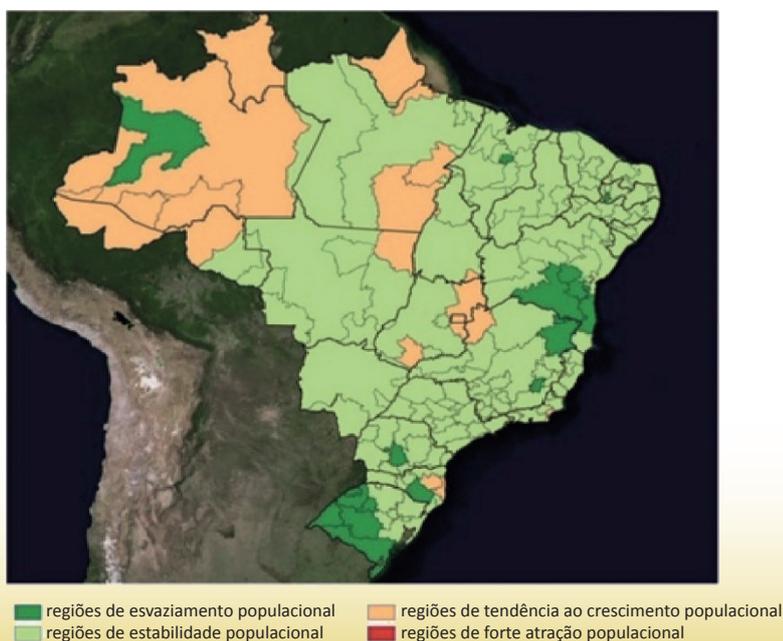
Macaé e Cabo Frio, no Rio de Janeiro, foram classificadas, nos dois períodos, como Regiões com tendência ao crescimento populacional, no subtipo b) com crescimento maior que 3% na década 2020 e crescimento entre 1,5 e 3% na década de 2040, o que indica uma diminuição na capacidade das duas Regiões atraírem fluxos populacionais no ritmo anterior. Parte dessa mudança deve-se à crise econômica que o Estado vem enfrentando e as consequências diversas nas atividades petrolíferas.

**Mapa 3.** Tipologia do Crescimento 2010-2020: tendências de evolução demográfica das Regiões Intermediárias



Fonte: Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060, Revisão 2018 e Regiões de influência das cidades, 2018.

**Mapa 4.** Tipologia do Crescimento 2020-2040: tendências de evolução demográfica das Regiões Intermediárias



Fonte: Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060, Revisão 2018 e Regiões de influência das cidades, 2018.

No último tipo, Regiões com forte atração populacional, que cresceram acima de 3% nas duas décadas, figura apenas a Região de Boa Vista (RR), que mantém uma taxa de crescimento alta e estável nas décadas anteriores. Porém, no período de 2020-2040, Boa Vista (RR) diminui seu ritmo de crescimento, registrando 1,5% de crescimento populacional e foi reclassificada, passando a apresentar tendência de crescimento populacional.

Assim, o traço marcante para as próximas décadas deve confirmar a mudança que o estágio demográfico retrata, considerando a alteração no ritmo de crescimento nas áreas de fronteira, o crescente fluxo de pessoas para polos regionais de grande e médio porte e, mais recentemente, com a aparecimento de espaços menos dinâmicos que tendem a diminuir a intensidade de seu crescimento populacional de uma maneira geral.

As projeções de envelhecimento populacional e a diminuição no tamanho da população estão previstas a partir de 2040, salvo mudanças pontuais que possam ocorrer por fatores de desempenho econômico e crescimento populacional. O contexto de uma nova economia de serviços e de sustentação da atuação econômica, apoiados na diversificação das atividades terciárias, realocação industrial e crescente produção de *commodities*, terá um papel expressivo no desempenho demográfico do país.

#### 4. CENÁRIOS SOCIOECONÔMICOS PARA O BRASIL E AS REGIÕES INTERMEDIÁRIAS DE ARTICULAÇÃO URBANA

Estabelecer cenários demográficos não é tarefa das mais simples, prospectar o comportamento econômico é ainda mais complexo, sobretudo para os não economistas. Dessa forma, nesta seção do artigo o que se pretende é especular sobre as condições socioeconômicas futuras nas Regiões Intermediárias de Articulação Urbana, partindo da combinação entre a dinâmica demográfica esperada e uma possível inércia ou piora na política econômica e distribuição de renda no país, procurando identificar os espaços mais suscetíveis a vulnerabilidades econômicas e sociais.

Para realizar esse exercício foram elegidas duas variáveis econômicas: o Produto Interno Bruto das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana, verificado em 2017 (IBGE, 2017), **último ano disponível para esse nível de desagregação geográfica**. Esse indicador permite identificar os espaços mais e menos dinâmicos economicamente; e, dado que a produção econômica nem sempre é apropriada localmente, e tendo em vista a limitação na disponibilidade de dados mais desagregados espacialmente, o segundo indicador foi o rendimento médio mensal domiciliar per capita, observado no Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), deflacionado a valores de 2017, como forma de buscar uma *proxy* sobre a realidade da situação econômica das famílias.

Em 2017, das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana com produto interno bruto posicionado no quarto superior da produção de bens e serviços, 30 estavam localizadas no Centro-Sul do país, tendo como principal atividade econômica os serviços, seguida da indústria e sendo observadas poucas exceções, como nos casos de Juiz de Fora/MG e Rio de Janeiro/RJ, nas quais a administração **pública aparece em segundo lugar**; como também em Passo Fundo/RS e Cuiabá/MT onde essa posição foi ocupada pelo agronegócio. Nas dez RIs localizadas fora desse eixo, não obstante os serviços aparecerem como principal motor econômico em nove delas, sendo a exceção Marabá cuja maior contribuição foi da indústria, observou-se um maior equilíbrio entre indústria e administração pública como segunda atividade.

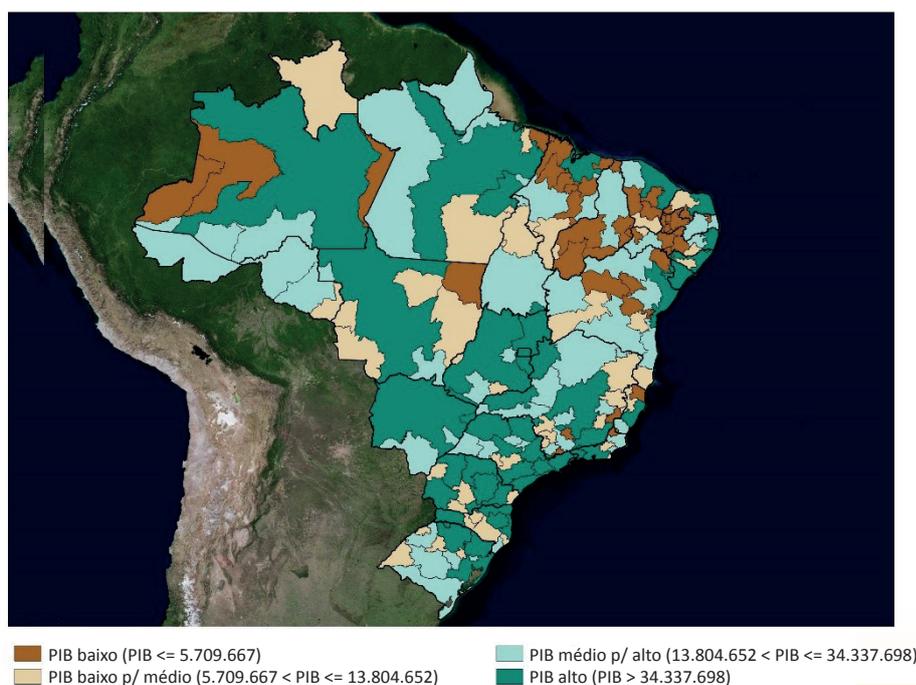
No quarto inferior do PIB, 34 Regiões Intermediárias localizavam-se no Norte e Nordeste. Nelas verificou-se equilíbrio no tocante à principal atividade econômica, com a administração pública prevalecendo em 18 regiões e os serviços em 14 delas. Em Pedreira/MA houve predomínio da indústria e em Floriano/PI o destaque foi o agronegócio. Esses resultados sinalizam duas dimensões importantes: i) as desigualdades regionais; e ii) a dependência nesses espaços menos favorecidos da presença do Estado para que haja um mínimo de atividade econômica. Nas quatro regiões do Centro-Sul a dinâmica econômica foi ditada pelos serviços, tornando essas áreas menos dependentes da Administração Pública.

Entre as 13 RIs do Norte e Nordeste posicionadas no segundo quarto do PIB, em dez delas a principal atividade econômica era os serviços, em Balsas/MA o destaque foi o agronegócio e em Boa Vista/RR e Garanhuns/PE o predomínio foi na administração pública. Via de regra, o setor da administração pública ficou abaixo dos serviços na produção de bens e serviços. Nas 27 Regiões do Centro-Sul a hegemonia dos serviços foi total. No entanto, a indústria superou a administração pública como segunda atividade econômica mais produtiva.

No terceiro quarto, a participação do Norte/Nordeste foi ligeiramente melhor, com 17 Regiões Intermediárias. Nelas os serviços ditaram o ritmo econômico, a exceção de Macapá/AP, onde prevaleceu a Administração Pública. Essa atividade, de modo geral, foi a segunda em maior importância nessas Regiões. Naquelas 21 Regiões localizadas no Centro-Sul, os serviços foram hegemônicos, com a indústria sendo a segunda atividade na maioria dessas áreas.

O Mapa 5 apresenta a distribuição do PIB por Região Intermediária sendo possível observar as assimetrias espaciais na produção de bens e serviços no país, sendo a amplitude entre o maior e o menor produto interno bruto o que mais chama atenção. O PIB da Região Intermediária de São Paulo/SP foi 1.645 vezes maior que o da Região de Itaporanga/PB.

**Mapa 5.** Produto Interno Bruto das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana, Brasil - 2017

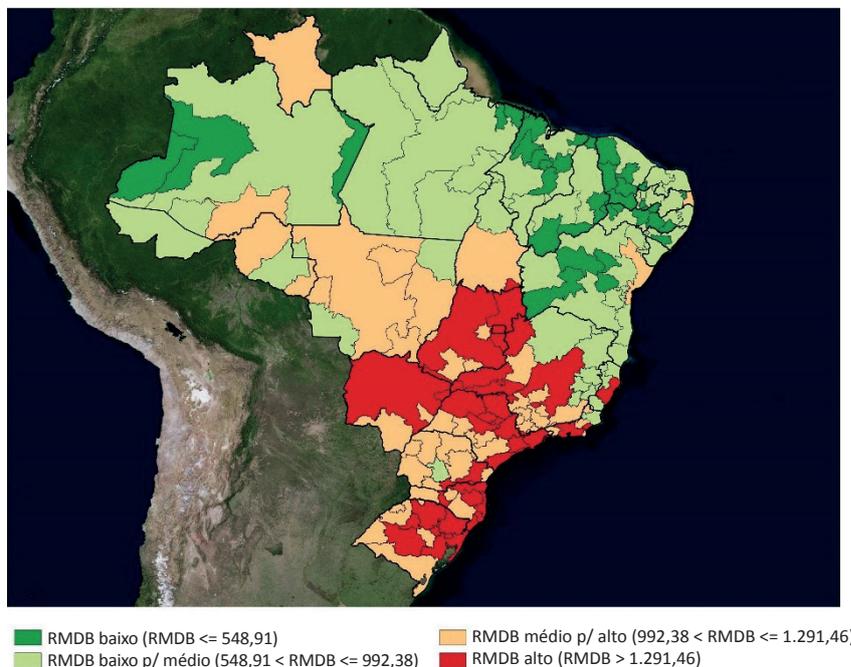


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Produto Interno Bruto dos municípios, 2017 e Regiões de influência das cidades, 2018...

A análise da última informação disponível sobre rendimento médio domiciliar per capita para as Regiões Imediatas, fornecida pelo Censo Demográfico de 2010<sup>7</sup>, reitera as assimetrias estruturais na distribuição de renda no país. O Mapa 6 apresenta de forma contundente essas desigualdades. No quinto inferior dos rendimentos domiciliar per capita (abaixo de R\$ 548,91) **as 33 Regiões estavam localizadas no Norte e Nordeste**. Em contrapartida, no quinto superior, com valores acima a R\$ 1.291,46, **todas as 32 RIs estavam no Centro-Sul do país**.

Quando se verifica a distribuição espacial dos rendimentos considerados de médio para baixo (entre R\$ 548,91 e R\$ 992,38), 35 Regiões Intermediárias estavam localizadas no Norte e Nordeste e apenas 13 no Centro-Sul. Com rendimentos domiciliares per capita considerados de médio para alto (entre R\$ 992,38 e R\$ 1.291,46), o Norte e Nordeste estavam ainda menos representados, figurando em somente seis das RIs.

**Mapa 6.** Rendimento médio mensal domiciliar per capita das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana, Brasil – 2010(\*)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010 e Regiões de influência das cidades, 2018...

(\*) Deflacionado a valores de 2017.

Os dados econômicos apresentados acima reafirmam os problemas estruturais que refletem as assimetrias espaciais no que diz respeito tanto à produção de bens e serviços, quanto na distribuição de renda no país. A partir dessa constatação foram trabalhadas sete tipologias que combinam as dimensões econômica e demográfica de modo a se estabelecer um possível cenário futuro para as Regiões Intermediárias de Articulação Urbana. Essa construção foi localizada em 2040, tendo como hipótese base a ausência de implementação de políticas populacionais e econômicas que venham alterar significativamente o quadro atual (Mapa 7).

O tipo 1 reuniu Regiões de Articulação com projeção de tendência de crescimento populacional, PIB elevado e rendimento domiciliar per capita de médio a alto. Nesse segmento foram

<sup>7</sup> Os valores foram deflacionados para o ano de 2017, de modo a permitir comparações com o PIB.

enquadradas apenas seis Regiões: Porto Velho/RO, Macaé/RJ, Blumenau/SC, Florianópolis/SC, Rio Verde/GO e Brasília/DF. São espaços dinâmicos onde predominam os serviços e a indústria, voltados à exportação de *comodities* e, em menor medida, a administração pública, casos de Porto Velho/RO e Brasília/DF.

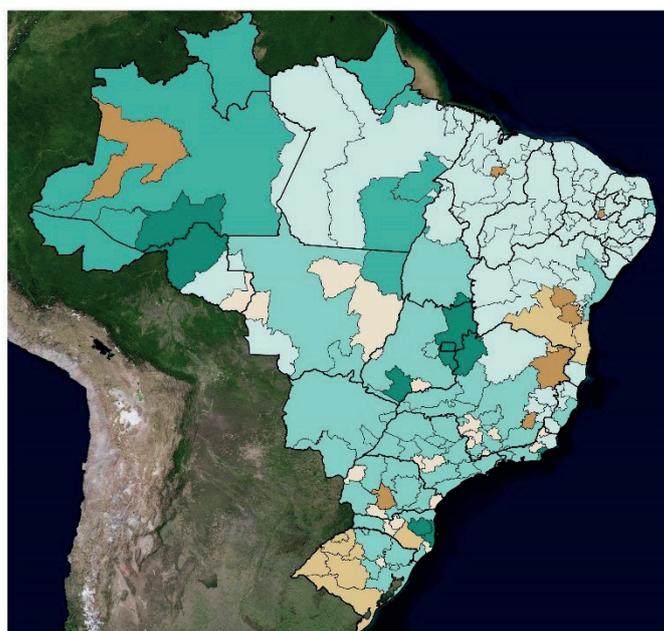
No tipo 2 estavam as Regiões Intermediárias com dinamismo demográfico, mas com produção de bens e serviços e renda domiciliar de média para baixa. Também são poucas regiões, nove ao todo, sete no Norte do país, que apesar do crescimento populacional do ponto de vista econômico necessitará políticas que induzam seu desenvolvimento e distribuição de renda para as famílias, são elas: Rio Branco/AC, Manaus/AM, Tabatinga/AM, Boa Vista/RR, Marabá/PA, Redenção/PA, Macapá/AP, Cabo Frio/RJ e São Félix do Araguaia/MT.

Os tipos 3, 4 e 5 reúnem 129 regiões, sendo 45 no tipo 3, com 42 no Centro-Sul; 64 no tipo 4, sendo 55 no Norte/Nordeste; e 20 no tipo 5, 19 delas no Centro-Sul. Elas apresentam tendência à estabilidade populacional o que, em tese, seria o melhor cenário do ponto de vista de não haver forte pressão por bens e serviços e facilitar a formulação de políticas públicas, sobretudo nas Regiões Intermediárias dos tipos 3 e 5, uma vez que os rendimentos domiciliar per capita, em média, **são altos. No entanto, o tipo 4** concentra áreas com PIB e renda familiar de médio para baixo, o que irá requerer estímulos para dinamizar a economia local e a distribuição de renda.

A tipologia 6 agrega Regiões de Articulação marcadas pela tendência ao esvaziamento populacional, produção de bens e serviços numa escala média e rendimento domiciliar per capita de médio para alto. São essas regiões Ilhéus-Itabuna/BA, Vitória da Conquista/BA, Lages/SC, Cruz Alta/RS, Ijuí/RS, Pelotas-Rio Grande/RS, Santa Maria/RS, Santa Rosa/RS e Uruguaiana/RS. Nesses espaços o desafio maior é estimular a dinâmica demográfica.

O tipo 7 concentrou as Regiões Intermediárias com perspectivas nada favoráveis. São espaços com tendência ao esvaziamento populacional, PIB e rendimento domiciliar médio para baixo. Entre essas regiões encontram-se Tefé/AM, Pedreiras/MA, Itaporanga/BA, Itaberaba/BA e Jequié/BA, Ponte Nova/MG, Teófilo Otoni/MG, Guarapuava/PR. A atuação governamental nessas áreas vai demandar políticas que incentivem o desenvolvimento econômico, social e demográfico.

**Mapa 7.** Tipologias para a evolução demográfica e os aspectos econômicos das Regiões de Articulação Urbana, Brasil – 2040.



<span style="color: #008080;">■</span> crescimento populacional, PIB alto, rendimento médio para alto	<span style="color: #f0e68c;">■</span> estabilidade populacional, PIB médio para baixo, rendimento médio para alto
<span style="color: #00ced1;">■</span> crescimento populacional, PIB médio para baixo, rendimento médio para baixo	<span style="color: #d2691e;">■</span> esvaziamento populacional, PIB médio, rendimento médio para alto
<span style="color: #40e0d0;">■</span> estabilidade populacional, PIB alto, rendimento médio para alto	<span style="color: #8b4513;">■</span> esvaziamento populacional, PIB médio para baixo, rendimento médio para baixo
<span style="color: #a0c4ff;">■</span> estabilidade populacional, PIB médio para baixo, rendimento médio para baixo	

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060, Revisão 2018 e Regiões de influência das cidades, 2018.

Pelas tipologias propostas, metade das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana necessitaria de políticas públicas que induzissem o desenvolvimento de forma a mitigar as questões econômicas e/ou demográficas e enfrentar os desafios que podem vir a se colocar num horizonte não muito distante.

Voltando ao nível macro, numa quadra histórica na qual o país experimentava dinamismo econômico, Brito (2008) no seu artigo “Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil” já demonstrava sua preocupação com a possibilidade dos efeitos da transição potencializarem as desigualdades, sobretudo pelo modo diferencial como cada componente da dinâmica demográfica afetava as distintas classes sociais. Um destaque importante apontado pelo autor dizia respeito aos momentos distintos entre os países desenvolvidos e o Brasil na etapa que leva ao bônus demográfico e:

Deve-se lembrar que os países desenvolvidos, quando estavam na fase atual da transição demográfica brasileira, tinham não apenas uma economia com crescimento sustentado, mas também um Estado do Bem-Estar Social consolidado. O Brasil, ao contrário, não tem registrado taxas satisfatórias de crescimento da sua economia, assim como se apressa em reformar seu sistema de seguridade social, que ainda se encontra a uma enorme distância da experiência dos países desenvolvidos (Brito, 2008, p.12).

Enfim, nos países desenvolvidos, a janela de oportunidades se apresentava numa quadra onde as desigualdades já estavam sendo minoradas, o que potencializava seu aproveitamento, cenário muito diferente ao observado no Brasil.

Quando acionava as dimensões demográficas, o autor ressaltava, entre outros aspectos: i) que a maior parcela dos nascimentos na primeira metade do século XXI será de crianças filhas de mães pobres, dado que essas apresentam as maiores taxas de fecundidade; ii) que o maior contingente da população de 0 a 14 anos era constituída de gente pobre, que, muito provavelmente, serão os pobres em idade adulta jovem na década de 2040; e iii) que a expansão do segmento da população em idade ativa era acompanhada do aumento do quadro de informalidade no mercado de trabalho. Todos são ingredientes que apontam no sentido da ampliação das desigualdades.

Atualizando-se alguns dos indicadores utilizados por Brito (2008), constata-se, de acordo com os dados da PNAD (IBGE, 2019a), que 60,1% das mulheres em idade fértil viviam em domicílios sem rendimento ou com até 1 salário mínimo per capita. Como são essas mulheres que possuem as maiores taxas de fecundidade, tendem a dar origem a filhos igualmente pobres. Estudo de Berquó e Cavenaghi (2014), utilizando dados do Censo Demográfico de 2010, assinala que as mulheres vivendo em domicílios com rendimento per capita de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo possuíam taxa de fecundidade total (TFT) média de 2,6 filhos, superior, portanto, ao nível de reposição, o que significa que esse segmento populacional continuaria crescendo num ritmo considerável. Por outro lado, aquelas que residiam em domicílios cujo rendimento per capita era igual ou maior que cinco salários mínimos a TFT era de 1,1 filho, valor inferior à média observada nas regiões mais desenvolvidas, que naquele momento era de 1,7 filho por mulher. Níveis de fecundidade nesse patamar apontam que esse grupo populacional tende a diminuir de tamanho. Além disso, 77% das crianças de 0 a 14 viviam em domicílios de baixa renda per capita. Adicionalmente, verifica-se que o mercado de trabalho informal é constituído por aproximadamente 36,9% da população ocupada (IBGE, 2020b). Ou seja, nessa pouco mais de uma década que separa a produção do artigo de Brito dos dias de hoje a situação pouco ou nada mudou, indicando fortemente que está por vir a perpetuação das desigualdades.

Essas perspectivas sombrias são reforçadas quando se joga o olhar para a atual conjuntura política do país. Afrontar os desafios colocados pela dinâmica demográfica passa necessariamente por investimentos em educação e, conseqüentemente, em atividades econômicas intensivas em conhecimento, de modo a levar a nação a outro patamar na divisão internacional do trabalho e gerar excedentes para enfrentar as questões que virão com o envelhecimento populacional.

Mas o que de concreto se tem nos dias atuais? O processo de desmonte das políticas sociais iniciado no governo Temer (2016-2018), engendrado no golpe parlamentar, apresentou como missão principal adotar medidas pró-mercado, sendo a mais importante delas implementação de um forte ajuste fiscal, inibindo os gastos sociais do Estado, de forma a garantir o pagamento dos juros da dívida pública. Daí derivaram três grandes agendas conduzidas no âmbito do Congresso Nacional, de maioria conservadora e fisiológica: o controle dos gastos públicos, aprovado através da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, a Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467, de 10 de julho de 2017 e a Reforma da Previdência. Essa última, frente aos escândalos de corrupção que surgiram na curta gestão e alguma resistência dos movimentos sociais, teve que ser adiada.

De que tratam essas medidas aprovadas? Em linhas gerais, a Emenda Constitucional 95/2016 instituiu um novo regime fiscal com prazo de vigência de vinte anos, estabelecendo limites para os gastos primários do Poder Executivo Federal, Congresso Federal, Poder Judiciário Federal, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública da União. Assim o Inciso II, do Parágrafo 1º, do artigo 107 da Constituição Federal, passou a ter a seguinte redação:

II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária (Brasil, 2016, p.1).

Na prática, a Emenda engessa o orçamento federal por vinte anos, limitando a possibilidade de novos investimentos e gastos adicionais, uma vez que o orçado em 2017 deve ser mantido nos anos seguintes, apenas corrigido pelo índice da inflação verificado até a metade do ano anterior. No momento que o país mais necessitava de investimentos e gastos públicos para dar o salto no seu desenvolvimento econômico e social, aproveitando o que resta do bônus, o governo federal, não obstante o discurso que prega a retomada da economia, condena o país à estagnação.

O debate sobre a Reforma Trabalhista não causou o devido alarde e seus malefícios foram pouco percebidos pela sociedade, facilitando sua tramitação e aprovação pelo Congresso Nacional. Entre os diversos prejuízos causados aos trabalhadores, podem ser destacados:

1. Formas de contratação mais precárias e atípicas: terceirização, contrato intermitente, parcial, autônomo, temporário, negociação da dispensa.
2. Flexibilização da jornada de trabalho: jornada *in itinere*, ampliação da compensação do banco de horas, redução do tempo computado como horas extras, extensão da jornada 12 por 36 para todos os setores de atividade, flexibilidade diária da jornada, redução do intervalo de almoço, parcelamento de férias, negociação individual do intervalo para amamentação.
3. Rebaixamento da remuneração: pagamento por produtividade, gorjetas, pagamento em espécie, PLR (participação nos lucros ou resultados), abonos e gratificações, livre negociação dos salários.
4. Alteração das normas de saúde e segurança do trabalho: insalubridade (gestante e lactante), restrições à fiscalização, teletrabalho.
5. Fragilização sindical e mudanças na negociação coletiva: fragmentação da classe, descentralização das negociações, regras para a representação no local de trabalho, formas de custeio da organização sindical.
6. Limitação do acesso à Justiça do Trabalho e limitação do poder da Justiça do Trabalho: ampliação do papel dos mecanismos privados de conciliação, eficácia liberatória dos acordos, quebra do princípio da gratuidade (CESIT, 2017, p.32).

Fica patente a ampliação das assimetrias existentes na relação capital-trabalho, aumentando a exploração e rebaixando a remuneração da mão-de-obra, de forma que alarga ainda mais as desigualdades existentes no país.

Com a posse do governo Bolsonaro (2019-), as medidas pró-mercado e de redução do papel do Estado foram intensificadas e ainda não se tornaram piores dada a forma caótica como a gestão do país está sendo conduzida. Mesmo assim, lograram aprovar a Reforma da Previdência retirando direitos dos mais vulneráveis, como aumento da idade mínima, regras de transição que tornam quase impossível o acesso ao benefício integral, aumento na alíquota de contribuição, entre outros ataques.

Como essas medidas foram aprovadas através de Emendas Constitucionais, um eventual governo progressista, que queira implementar as necessárias reversões das mesmas, terá de enfrentar a demanda de quórum qualificado nas votações no Congresso, o que dificultará enormemente essa tarefa.

O cenário possível de se projetar, levando em consideração a conjuntura dos dias atuais, aponta perspectivas nada animadoras. A combinação da dinâmica demográfica, situação econômica e quadro político levam a crer que as desigualdades devam aumentar e até um certo aprofundamento da pobreza pode ser verificado. Hoje, quando são comparados os últimos indicadores sociais disponibilizados pelo IBGE (2019a) com os aqueles observados no fim de 2014, pode-se constatar o agravamento desse quadro: no final de 2019, existiam 16,8 milhões de brasileiros (29,2%) vivendo em domicílios com renda mensal per capita inferior a 1/2 de salário mínimo, um crescimento superior a 25% ao observado em 2014, quando 13,4 milhões de pessoas se encontravam nessa situação; 56,7% dos domicílios viviam com rendimento médio per capita inferior ao salário mínimo vigente à época, quadro que era mais grave nas Regiões Norte e Nordeste; quanto mais pobre o domicílio menor era o peso do rendimento do trabalho, sinalizando a dependência desse segmento aos benefícios sociais e programas de transferência de renda; considerado como ponto de corte o poder de paridade de compra diário de US\$ 1,90, os domicílios brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza aumentaram 44,4% no entre 2014 e 2018 (IBGE, 2019b). Dados mais recentes da Pesquisa de Orçamentos Familiares, que refletem a situação das famílias em 2017 e 2018, indicam que mais de 3 milhões de pessoas engrossaram o contingente daqueles que passam fome, quando comparados a 2013, passando a totalizar 10,3 milhões de famélicos no país (IBGE, 2020a).

Quando são acionados dados mais recentes, como os do 2º trimestres de 2020, oriundos da PNAD C (IBGE, 2020b), observa-se que a taxa de desocupação atingiu 13,3% das pessoas com 14 anos ou mais, a taxa de participação no mercado de trabalho era uma das mais baixas - 55,3%, a soma de desocupados e fora da força de trabalho foi superior ao número de ocupados, a precarização só fazia crescer os trabalhadores informais e por contra própria. Na dimensão macroeconômica, a produção de bens e serviços no país sofreu uma redução de 7,2% entre 2014 e 2017 (CARTA, 2018).

O retrocesso nos indicadores sociais e rendimento da população, ocorrido num curtíssimo espaço de tempo, apenas reforça que a implementação das medidas restritivas ao desenvolvimento econômico e social tende a agravar essa situação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas derivadas da transição demográfica sinalizam um ritmo intenso de crescimento do segmento idoso da população que, combinado às decrescentes taxas de natalidade, potencializarão ainda mais o envelhecimento populacional, além da iminente redução do tama-

nho da população. O não enfrentamento desses aspectos e a omissão na busca da mitigação dos desafios colocados pela dinâmica populacional amplificam as questões que deverão surgir tais como: i) oferta de mão de obra – na primeira metade dos anos 2040 a população em idade ativa começaria a diminuir de tamanho; ii) restrições ao desenvolvimento econômico – a redução da oferta da força de trabalho, os baixos investimentos em tecnologia e formação educacional intensiva em conhecimento e a baixa produtividade são fatores inibidores ao desenvolvimento econômico e social inclusivos; iii) pressão sobre as áreas de saúde, previdência e assistência social e cuidados da pessoa idosa – na área de saúde, o envelhecimento populacional virá acompanhado da maior incidência das doenças crônico-degenerativas, morbidades que demandam maiores gastos. Em relação à previdência social, o maior volume de idosos e a alta informalidade do mercado de trabalho ameaçam o sistema, que está ainda mais sob risco com a reforma previdenciária aprovada pelo Congresso Nacional, em 2019. Quanto à assistência social, o segmento de pessoas que ficará fora do sistema previdenciário público, à medida que envelheça, demandará ainda mais recursos em programas de transferência de renda, como por exemplo o benefício da prestação continuada (BPC). Um número crescente de pessoas nas idades mais avançadas demandarão cuidados pessoais, o que provocará competição pela força de trabalho disponível; iv) distribuição espacial da população - o estudo revelou que apesar da maior parte das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana experimentar estabilidade no crescimento demográfico, parcela importante sofre com a estagnação econômica e assimetrias na distribuição de renda, além de outras encontrarem-se em franco processo de esvaziamento populacional, estando também deprimidas economicamente.

Tudo leva a crer que essas dimensões, se não enfrentadas adequadamente, potencialmente podem levar à reprodução das desigualdades e até mesmo ao aumento da pobreza.

Do ponto de vista estritamente demográfico, afrontar essas questões passaria necessariamente pela elaboração de políticas populacionais de incentivo à natalidade e à atração migratória. Embora não haja nenhuma experiência que, comprovadamente, tenha revertido os níveis de fecundidade de modo a alcançar àquele de reposição (2,1 filhos por mulher em idade fértil) ou mesmo atraído população imigrante em idade ativa num volume suficiente de modo a equilibrar a relação com o segmento idoso<sup>8</sup>, países que adotaram tais políticas recuperaram, em alguma medida, as taxas de natalidade, como são os casos de Dinamarca, França, Noruega e Suécia, outros lograram receber razoáveis contingentes de força de trabalho migrante, podendo ser citados os exemplos de Alemanha, Canadá e Suíça.

Pensando um projeto de desenvolvimento social e econômico inclusivo e sustentável, a incorporação de um número ainda maior de mulheres ao mercado de trabalho seria estratégico. Nesse sentido, o Estado, necessariamente, precisaria assegurar condições favoráveis à reprodução biológica e social dessas mulheres. Nos países citados, as políticas passaram por ajuda financeira, ampliação do tempo da licença maternidade, incluindo opção da família sobre qual responsável iria cuidar da criança no período de afastamento do trabalho, garantia de vagas nas creches, entre outras iniciativas.

Naqueles que enfocaram a questão tendo como prioridade o estímulo à imigração, distintas estratégias foram implementadas. Essas iniciativas passam pela atração por força de trabalho qualificada nos estratos superiores dos grupos ocupacionais, pela formação de jovens, que aca-

<sup>8</sup> Pereima e Porsse (2013) assinalam que o ideal, do ponto de vista de assegurar a produtividade da força de trabalho, é uma razão de dependência de 12 idosos para cada 100 pessoas em idade ativa.

bam por se radicar no país, como no caso do Canadá e pelo estímulo à vinda de trabalhadores nos estratos intermediários e baixos, como os da área de saúde e de cuidados pessoais, colheita agrícola, construção civil, etc.

Bacci (2012) defende que as questões populacionais devem ser enfrentadas a partir da combinação do incentivo à natalidade e do estímulo à imigração. Todavia, a adoção de tais medidas requer pesados investimentos de recursos públicos, portanto, necessita mais do que ações voltadas à elaboração de políticas populacionais, precisa de um projeto de nação. Em tal projeto o desenvolvimento econômico não pode estar dissociado do desenvolvimento social e inclusivo, alcançando assim o tratamento da dimensão demográfica.

Entretanto, nenhuma das três correntes do espectro político, mencionadas na introdução deste artigo, parecem ter essas questões em suas agendas.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACCI, M. L. **Breve historia de las migraciones**. Traducción: Marco Aurelio Galmarini. Madrid: Alianza Editorial, 2012.
- BERQUÓ, Elza S., CAVENAGHI, Suzana M. Tendências dos diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil entre 2000 e 2010. In XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Águas de São Pedro: ABEP, novembro de 2014 (anais).
- BRASIL. Presidência da República, Emendas Constitucionais. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/quadro\\_emc.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/quadro_emc.htm)> Acesso em: 18 ago 2018.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Poder Judiciário. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 17 fev 2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/bancadas/bancada-na-eleicao>>. Acesso em: 17/08/2018
- BRASIL. **Lei nº 13.467**, de 10 de julho de 2017. Poder Judiciário. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/Lei-13467-2017.htm>. Acesso em: 26/03/2018.
- BRASIL Constituição da República do Brasil de 1988. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 12 ago 2020.
- BRITO, F. A transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 1, p. 5-26, 2008.
- CARTA Capital. O emprego formal desaparece, a pobreza e a desigualdade avançam. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-emprego-formal-desaparece-a-pobreza-e-a-desigualdade-avancam>. Acesso em: 17 fev 2018.
- CESIT **Contribuição crítica à reforma trabalhista**. GT Reforma Trabalhista. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Dossie14set2017.pdf>. Acesso em: 17 fev 2018.
- IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares, 2017-2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html>. Acesso em: 18 set 2020.
- \_\_\_\_\_, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – 2º trimestre de 2020 (Quadro sintético). Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-a>

- mostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=quadro-sintetico. Acesso em: 09 set 2020.
- \_\_\_\_, Regiões de influência das cidades 2018. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020c. 192 p. ISBN 978-65-87201-94-7.
- \_\_\_\_, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua –2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=downloads>. Acesso em: 11 set 2020.
- \_\_\_\_, Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019/ IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b.
- \_\_\_\_, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060, Revisão 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em 23 ago. 2020.
- \_\_\_\_, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e> . Acesso em: 23 ago. 2020.
- \_\_\_\_, Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: 2016. 167 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15782-arranjos-populacionais-e-concentracoes-urbanas-do-brasil.html?edicao=15944&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: ago. 2020.
- \_\_\_\_, Projeções da População por sexo e idade - Brasil: 2000-2060 e Unidades da Federação - 2000-2030. Revisão 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=9116&t=resultados>. Acesso em 23 ago 2020.
- \_\_\_\_, Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 23 ago 2020.
- \_\_\_\_, Regiões de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p. Acompanha 1 CDROM. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxosgeograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=16168&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: ago. 2020.
- OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. Envelhecimento populacional e políticas públicas: desafios para o Brasil no século XXI. **Espaço e Economia** [Online], 2016, Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/2140>. Acesso em: 23/08/2020.
- OLIVEIRA, A.T.R. e O'NEILL, M.V.C. Cenário sociodemográfico em 2022/2030 e distribuição territorial da população. Uso e ocupação do solo. In: FIOCRUZ et al. **A saúde no Brasil em 2030: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário**. Volume 2. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/IPEA/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013, p.39-95.
- OLIVEIRA, A. T. R. & ONEILL, M. M. V. C. Cenário sociodemográfico em 2022/2030 e distribuição territorial da população: uso e ocupação do solo. In: GADELHA, P.; CARVALHO, J. N. & PEREIRA, T. R. (Orgs.). **A Saúde do Brasil em 2030: diretrizes para a prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Ipea, Ministério da Saúde, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013.
- PEREIRA, J. B.; PORSSE, A. Transição demográfica, acumulação de capital e progresso tecnológico: desafios para o crescimento brasileiro. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 9, n. 1, p. 49-60, 2013.
- SPOSITO, M. E. B.; CATELAN, M. J. Hierarchy and heterarchy in Brazil's urban network. *Brazilian Geographical Journal: geosciences and humanities research medium*, Ituiutaba: Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal - PPGEP, v. 5, n. 2, p. 556-574, July/Dec. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/26442>. Acesso em: ago. 2020.

UNPD. **The 2019 Revision of World Population Prospects**. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wpp/> . Acesso em: 10 set 2020.

VOLLSET, S. et al. Fertility, mortality, migration, and population scenarios for 195 countries and territories from 2017 to 2100: a forecasting analysis for the Global Burden of Disease Study. **The Lancet** [Online], 14 Jul 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30677-2/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30677-2/fulltext). Acesso em: 23/08/2020.

## 7. ANEXO - TIPOLOGIAS

### 1. TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL PROJETADA PARA AS REGIÕES INTERMEDIÁRIAS DE ARTICULAÇÃO URBANA

**Quadro 1.** Tipologias para as tendências de evolução demográficas das regiões imediatas de articulação urbana – 2010/2020.

TIPO	TIPOLOGIAS	CARACTERÍSTICAS
1	—> regiões de esvaziamento populacional	regiões com taxas de crescimento negativas ou igual a zero nas décadas de 2010 e 2020.
0	—> regiões com tendência ao esvaziamento populacional	regiões com taxas de crescimento positivas na década de 2010 e negativas nos anos 2020.
2	—> regiões de estabilidade populacional	regiões com crescimento negativo na década 2010 e crescimento entre 0 e 1,5% na década de 2020.
		regiões com crescimento entre 0 e 1,5% na década 2010 e crescimento entre 0 e 1,5% na década de 2020.
3	—> regiões de tendência ao crescimento populacional	regiões com crescimento maior que 1,5 na década 2010 e crescimento entre 0 e 1,5% na década de 2020.
		regiões com crescimento negativo na década 2010 e crescimento maior ou igual a 1,5 na década de 2020.
		regiões com crescimento entre 0 e 1,5% na década 2010 e crescimento maior ou igual a 1,5 na década de 2020.
4	—> regiões de forte atração populacional	regiões com crescimento entre 1,5 e 3% década 2010 e crescimento maior ou igual a 1,5 na década de 2020.
		regiões com crescimento maior que 3% na década 2010 e crescimento entre 1,5 e 3% na década de 2020.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Projeções de população para Brasil e Unidades da Federação – Revisão 2018.

**Quadro 2.** Tipologias para as tendências de evolução demográficas das regiões imediatas de articulação urbana – 2020/2040.

TIPO	TIPOLOGIAS	CARACTERÍSTICAS
1	—> regiões de esvaziamento populacional	regiões com taxas de crescimento negativas ou igual a zero nas décadas de 2020 e 2040.
0	—> regiões com tendência ao esvaziamento populacional	regiões com taxas de crescimento positivas na década de 2020 e negativas nos anos 2040.
2	—> regiões de estabilidade populacional	regiões com crescimento negativo na década 2020 e crescimento entre 0 e 1,5% na década de 2040.
		regiões com crescimento entre 0 e 1,5% na década 2020 e crescimento entre 0 e 1,5% na década de 2040.
3	—> regiões de tendência ao crescimento populacional	regiões com crescimento maior que 1,5 na década 2020 e crescimento entre 0 e 1,5% na década de 2040.
		regiões com crescimento negativo na década 2020 e crescimento maior ou igual a 1,5 na década de 2040.
		regiões com crescimento entre 0 e 1,5% na década 2020 e crescimento maior ou igual a 1,5 na década de 2040.
4	—> regiões de forte atração populacional	regiões com crescimento entre 1,5 e 3% década 2020 e crescimento maior ou igual a 1,5 na década de 2040.
		regiões com crescimento maior que 3% na década 2020 e crescimento entre 1,5 e 3% na década de 2040.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Projeções de população para Brasil e Unidades da Federação – Revisão 2018.

## 2. PRODUTO INTERNO BRUTO DAS REGIÕES INTERMEDIÁRIAS DE ARTICULAÇÃO URBANA

**Quadro 3.** Tipologias para PIB Municipal (em mil R\$) –2017

Região de articulação urbana	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
Intermediárias	PIB <= Q1	Q1 < PIB <= MED	MED < PIB <= MEDIA	PIB > MEDIA
	PIB <= 5.709.667	5.709.667 < PIB <= 13.804.652	13.804.652 < PIB <= 40.890.180	PIB > 40.890.180

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Produto Interno Bruto dos municípios, 2017.

Onde:

Q1 – 1º Quartil;

MED – Mediana;

MEDIA – Média aritmética.

## 3. RENDIMENTO DOMICILIAR MÉDIO MENSAL PER CAPITA NAS REGIÕES INTERMEDIÁRIAS DE ARTICULAÇÃO URBANA

**Quadro 4.** Tipologias para Rendimento médio domiciliar per capita (em mil R\$) - 2010

Região de articulação urbana	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
Intermediárias	RMDP <= K1	K1 < RMDP <= MED	MED < RMDP <= K4	RMDP > K4
	RMDP <= 347,41	374,41 < RMDP <= 628,09	628,09 < RMDP <= 817,38	RMDP > 817,38

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Onde:

K1 – 1º Quintil;

MED – Mediana;

K4 – 4º Quintil.

#### 4. RENDIMENTO DOMICILIAR MÉDIO MENSAL PER CAPITA NAS REGIÕES INTERMEDIÁRIAS DE ARTICULAÇÃO URBANA

**Quadro 5.** Tipologias para tendência de crescimento populacional, PIB e rendimento domiciliar médio mensal per capita

Tipo	Característica
1	cresc. populacional, PIB alto, rend médio para alto
2	cresc. populacional, PIB médiop/baixo, rend médio para baixo
3	estabilidade populacional, PIB alto, rend médio para alto
4	estabilidade populacional, PIB médiop/baixo, rend médio para baixo
5	estabilidade populacional, PIB médiop/baixo, rend alto
6	esvaziamento populacional, PIB médio, rend médio para alto
7	esvaziamento populacional, PIB médiop/baixo, rend médio para baixo

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Projeção da população para Brasil e Unidades da Federação, por idade e sexo para o período 2010-2060, Produto Interno Bruto dos municípios, 2017 e Censo Demográfico de 2010.